



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração

Júri ba Rekrutamentu Asesor
Nasionál Planeamentu no
Jestaun Finanseira

ANÚNSIU PÚBLIKU

REKRUTAMENTU ASESÓR NASIONAL

Ministériu Justisa, liu husi Diresaun-Jeral Administrasaun (DGA), loke vaga ba **Asesor Nasionál** iha área **Planeamentu no Jestaun Finanseira** ema na'in ida (1). Ba sira-ne'ebé iha interese no iha kualifikasaun akadémiku relevante ho vaga ne'e, bele hatama aplikasaun iha Ministériu Justisa, ho rekizitu sira tuir mai ne'e:

I. Rekizitu prinsipál (tau iha mapa kór azúl)

1. Rekerimentu dirije ba Prezidente Júri
2. *Curriculum Vitae* hó lian ofisiál no asina hosi rekerente, mensiona mós entidade na'in tolu nu'udar referénsia ho sira-nia número kontaktu;
3. Kópia Diploma ne'ebé legaliza ona husi Ministériu Ensinu Superiór
4. Kópia Billete Identidade (BI);
5. Kópia Sertidaun Moris (RDTL);
6. Kópia Kartaun Eleitór;
7. Kópia Sertifikadu Rejistu Kriminal;

Iha biban sumbete dokumentu aplikasaun, kandidatu tenke hatudu dokumentu orjinal, ba rekizitu n.º 3 to'ó 7.

II. Rekizitu adisionál:

Kandidatu ne'ebé liu selesaun, tenke apresenta atestadu médiku.

III. Data no oras submete dokumentu:

Data : **Loron-22 fulan-Abríl to'ó loron-13 fulan-Maiu 2025**
Oras - Dadeer : **Tuku 09:00 to'ó 12:00**
- Loro-kraik : **Tuku 14:00 to'ó 17:00**

IV. Fatin submete dokumentu:

Diresaun Nasionál Rekursu Umanu (DNRH), *1º piso, Lado Dtº*, Edifísiu Sentráal Ministériu Justisa (*Páteo-nia sorin*)

V. Termu Referénsia iha aneksu

Enkoraja maluk feto sira atu kandidata-an

Díli, loron-22, fulan-Abríl, 2025

Prezidente Júri,


Nelinha de Deus Soares



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
O MINISTRO

TERMOS DE REFERÊNCIA
Ref: **08** /GMJ/CTTC/2025

Recrutamento de Assessor Nacional

Título da Posição:	Assessoria Nacional na Área de Planeamento e Gestão Financeira
Número de vagas:	1 (uma)
Entidade:	Ministério da Justiça de Timor-Leste
Local de Trabalho:	Gabinete da Direção-Geral da Administração, Ministério da Justiça, Díli, Timor-Leste
Duração:	1 de maio a 31 de dezembro de 2025, com possibilidade de renovação
Modalidade	Concurso Público
Regime contratual:	Contrato de trabalho a termo certo, em regime de exclusividade. O contrato é celebrado ao abrigo do Decreto do Governo n.º 6/2015, de 18 de novembro, que fixa o Regime Jurídico dos Contratos de Trabalho a Termo Certo na Administração Pública.
Objetivo:	Aquisição de serviço técnico especializado na área económico-financeira tendo em vista, nomeadamente apoiar os serviços da DGA no âmbito das suas atividades.
Contexto:	Considerando que a descentralização da gestão financeira ocorrida no ano 2024, impondo a que os serviços estejam dotados de recursos humanos capazes de realizar autonomamente a execução orçamental e financeira bem como efectuar a prestação de contas públicas imposta por lei, mostra-se necessário munir a Direção-Geral da Administração de assistência técnica especializada com experiência demonstrada que garantam a boa gestão do dinheiro público. Para tal, o Gabinete da Direção-Geral da Administração necessita de contratar pessoal com experiencia significativa na gestão de recursos





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
O MINISTRO

	<p>humanos, financeiros e patrimoniais para apoiar os serviços de aprovisionamento, finanças e recursos humanos do Ministério da Justiça na verificação dos atos de gestão financeira.</p> <p>O artigo 109.º da Lei n.º 2/2022, de 10 de Fevereiro (Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública) dispõe que o controlo administrativo compete, entre outros, ao próprio serviço e entidade do Setor Público Administrativo, aos órgãos de direção, superintendência e tutela. Estatui que o controlo administrativo compreende a realização de ações pontuais e regulares de verificação do cumprimento dos requisitos legais de execução do OGE, e incide sobre a correção e veracidade do registo contabilístico, a legalidade, economia, eficiência e eficácia das despesas, entre outras.</p> <p>O exercício das competências supra descritas exige que o Ministério da Justiça esteja dotado, além de recursos financeiros, de técnicos especializados que lhe permita assegurar o rigoroso cumprimento da lei quanto ao adequado controlo administrativo</p>
Descrição das Funções:	<ul style="list-style-type: none">• Identificar e analisar a necessidade dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos do Ministério da Justiça visando a sua integração no Plano Anual de Ação;• Prestar apoio técnico à Direção Nacional de Aprovisionamento (DNA) na análise do Plano Anual de Ação visando a elaboração do Plano Anual de Aprovisionamento;• Elaborar pareceres técnicos relacionados a atos de gestão orçamental, financeira e patrimonial, quando solicitados;• Colaborar na criação de Manuais de Procedimentos do tipo Padrão de Procedimento Operacional (PPO) na área de despesas no âmbito do Ministério da Justiça;• Auxiliar os serviços da Direção-Geral da Administração na identificação de necessidades para elaboração de planos de curto, médio e longo prazo concernentes a Planos Estratégicos conforme a política do Governo em prática;• Apoiar a Direção-Geral da Administração na elaboração do





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
O MINISTRO

	<p>Relatório e Contas Anual a submeter a Câmara de Contas no âmbito de prestação obrigatória de contas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Apoiar a Direção-Geral da Administração na elaboração dos Relatório trimestrais de Execução Orçamental e Financeira do Ministério da Justiça;• Exercer outras tarefas da mesma natureza e grau de complexidade, que estejam relacionadas com o objeto do contrato e para as quais esteja habilitado, em conformidade com orientação superiormente transmitida.
Requisitos obrigatórios:	<ul style="list-style-type: none">• Ser Cidadão de Timor-Leste;• Não ter cometido crime doloso a que corresponda pena de Prisão efetiva superior a dois anos ou praticado outros atos que traduzam incompatibilidade com o exercício de funções da Administração Pública.• Preencher requisitos qualificados nos termos legais e por descrição de serviço;• Não ter sido demitido na qualidade de servidor nas instituições de estado de Timor ou no estrangeiro;• Estar sempre firme e pronto executar a ordem de estado no compromisso de colocação de serviço em qualquer parte dentro do país ou representa o estado no estrangeiro;• Ter condição física saudável e mentalidade no andamento de desenvolver as funções;• Fluente em língua Tétum, Português, inglês e outras que têm por conhecimento próprio.
Qualificações Profissionais:	<p>Requisitos/Qualificações mínimas obrigatórias:</p> <ul style="list-style-type: none">• Mínimo Certificado ou diploma universitário III na área de Contabilidade, Gestão de Empresas, Finanças, Economia, ou áreas afim, sendo que o diploma deve ser legalizado pelo Ministério da Educação;





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
O MINISTRO

	<ul style="list-style-type: none">• Experiência mínima de 2 anos na área financeira no setor público;• Fluência oral e escrita, em Língua Portuguesa, Tétum, Inglesa e Indonésia. <p>Requisitos preferenciais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ser detentor de grau académico, com especialização em área relevante;• Ter conhecimento do Sistema de Informação e Gestão Financeira;• Domínio de computador a nível de utilizador.
Métodos de Seleção:	<p>O recrutamento será efetuado por um Júri constituído e através das seguintes fases:</p> <ul style="list-style-type: none">• Admissão a concurso;• Avaliação Curricular;• Entrevista Profissional aos candidatos aprovados na Avaliação Curricular.
Remuneração e outras condições:	<p>A remuneração mensal, fixada em conformidade com a tabela anexa ao Decreto do Governo n.º 6/2015, de 18 de novembro, atendendo à categoria profissional C3 é de USD 2.500,00.</p> <p>Os custos com seguros de saúde e despesas médicas, quando ocorrerem, serão da responsabilidade do candidato seleccionado.</p> <p>Será assegurado o direito a 1,66 dias de férias por cada mês efetivo de trabalho.</p>
Prazo da Candidatura:	<p>As candidaturas devem ser submetidas até a data constante do Anúncio.</p>
Apresentação de candidaturas:	<p>As candidaturas devem ser submetidas em envelope fechado e devem ser constituídas conforme a seguir se indica:</p>





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
O MINISTRO

	<ul style="list-style-type: none">• Carta de Apresentação em tétum ou português dirigida ao Presidente do Júri,• Curriculum Vitae;• Comprobativos de Certificados de habilitação académica.
Comunicação de Resultados:	Os resultados serão afixados no quadro do Edifício Central do Ministério da Justiça em Colmera.

Termos de referência aprovados pelo Ministro da Justiça em 28 de Março de 2025.

Aprovado pelo

O Ministro da Justiça


Dr. Sérgio de Jesus Fernandes da Costa Hornai



MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA

DIREÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO N.º : 252 /DGA/III/2025

PAINEL BA SELESAUN

Painel ba selesaun bazeia ba artigu 15 husi Dekretu Governu Nu. 6/2015, loron 18 fulan novembru, ba rekrutamentu postu vaga iha Diresaun Jerál Administrasaun ho kategoria Assessor/a Nasionál, area Planeamentu no Jestaun Orsamentu mak hanesan tuir mai ne'e:

Nu.	Naran	Kargu	Funsaun
1.	Nelinha de Deus Soares	Diretora Nasionál Aprovizionamentu	Prezidente Juri
2.	Ponciano da Cruz Leite	Assessor Administrasaun, Finansas no Rekursu Humanus, Ministériu Justisa.	Vogál
3.	Pedro Amaral Barreto	Assessor Jurídiku no Lejislasaun, DNAJL	Vogál
4.	João Mau Pelo da Costa	Diretor Nasionál Rekursu Humanus	Vogál
5.	Isolino Marques	Xefe Departamentu Planeamentu, DNAF-DGA	Vogál

Atu Kumpri !

Dili, loron 21 fulan Marsu 2025

Diresaun Geral Administrasaun , Ministériu Justisa

Octavia Celeste Sousa Soares
Diretora Geral